

TIPO DE NORMA E NÚMERO	DATA	ASSUNTO
Provimento CGJ 2- saída	16/03/2020	Determinação de SUSPENSÃO da saída temporária agendada para o mês de março de 2020 (artigo 2º, §1º, da Portaria Conjunta 2/2020 do DEECRIM) que deverá ser oportunamente remarcada pelos Juízes Corregedores dos Presídios, por ato conjunto ou isoladamente, conforme os novos cenários e em melhor oportunidade.
Provimento CSM nº 2544/2020	16/03/2020	Cria, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, o Gabinete de Crise/Covid19, para tomada de ações em decorrência do novo Coronavírus.
Provimento CGJ 2 - dispensa	17/03/2020	Comunica aos Magistrados, em caráter excepcional, como forma de reduzir a disseminação do Covid-19, a dispensa da realização de audiências de custódia.
Comunicado CG nº 250/2020	25/03/2020	Alerta sobre o controle do tempo de duração das prisões preventivas.
Comunicado CGJ nº 258/2020	29/03/2020	Comunicado sobre a atuação da Defensoria Pública enquanto perdurar o sistema remoto de trabalho em todos os autos de prisão em flagrante em que a parte não possuir advogado constituído.
Comunicado CG nº 266/2020	02/04/2020	Medidas para evitar deslocamentos e reduzir a exposição dos oficiais de justiça ao coronavírus - os mandados de citações, intimações, notificações e demais comunicações de processos criminais de acusados presos, poderão ser cumpridos por meio da ferramenta Teams, na unidade prisional que apresentar estrutura
Comunicado CG nº 275/2020	08/04/2020	Publicada, para conhecimento, a decisão do STJ que concedeu liminar para determinar o cumprimento das prisões civis por devedores de alimentos do Estado do Ceará, excepcionalmente, em regime domiciliar.
Comunicado CG nº 276/2020	08/04/2020	Publicada, para cumprimento, a decisão do STJ que determinou a extensão dos efeitos da decisão que instituiu a soltura independentemente do pagamento da fiança em favor de todos aqueles a quem foi concedida liberdade provisória condicionada ao pagamento de fiança e ainda se encontram submetidos à privação cautelar de liberdade em razão do não pagamento do valor, em todo o território brasileiro.
Comunicado CG nº 279/2020	13/04/2020	Comunicado sobre as guias de execução de processos físicos enquanto perdurar a regra do sistema remoto de trabalho.
Comunicado CG nº 280/2020	13/04/2020	Publicação da Recomendação CNJ aos juízes de execução, para conhecimento e eventual adoção, no sentido de dispensar o comparecimento presencial nas prestações de serviços à comunidade, por 90 dias.
Comunicado CG nº 317/2020	24/08/2020	Orientações para agendamento de audiências virtuais, com vedação de agendamento diretamente com as unidades prisionais.

Comunicado CG nº 318/2020	27/04/2020	COMUNICA aos Oficiais de Justiça de todo o Estado que o cumprimento presencial de atos nas unidades prisionais somente poderá ocorrer quando houver dificuldade ou impossibilidade técnica da unidade prisional, cuja análise e verificação competirá ao Corregedor Permanente da SADM ou, onde não houver, ao Juiz do feito.
Comunicado CG nº 440/2020	29/05/2020	Comunica que a partir de 01/06/2020 nas comarcas e sedes de circunscrição judiciária nas quais não atua a defensoria pública, será retomada a atuação dos advogados dativos nos autos de prisão em flagrante em que a parte não possuir advogado constituído, distribuídos nos dias úteis.
Comunicado CG nº 463/2020	02/06/2020	Determina o restabelecimento das inspeções periódicas em estabelecimentos prisionais e unidades de atendimento socioeducativo, conforme diretrizes firmadas pelo CNJ.
Comunicado Conjunto nº 2124/2021	17/09/2021	Prorrogação do início das audiências de custódia presenciais para o dia 04/10/2021, mantidas as demais disposições do artigo 10 do Provimento CSM 2629/2021.
Provimento Conjunto 46/2021	28/09/2021	Regularização das audiências de custódia, após seu retorno.
Provimento Conjunto 47/2021	30/09/2021	Regularização dos horários das audiências de custódia, após seu retorno.
Comunicado Conjunto nº 2299/2021	07/10/2021	Na hipótese do custodiado (preso em flagrante ou em decorrência do cumprimento de mandado de prisão) apresentar sintomas de COVID-19, conforme nota técnica sobre protocolos e orientações para retorno ao trabalho presencial, a audiência de custódia deverá ser realizada sem sua presença.
Provimento CSM nº 2646/2022	17/01/2022	Prorrogação do prazo de vigência do sistema escalonado de retorno ao trabalho presencial (Provimento CSM nº 2.564/2020) - realização de audiências de custódia por videoconferência.
Provimento CSM nº 2648/2022	21/01/2022	Observação aos termos dos artigos 8º e 8ºA da Recomendação CNJ nº 62/2020, para a análise de todas as modalidades de prisão, independentemente da modalidade utilizada para a realização das audiências de custódia durante os dias úteis.
Provimento Conjunto 53/2022	15/03/2022	Realização das audiências de custódia por videoconferência, com a superação do sistema remoto de trabalho e do sistema escalonado de retorno ao trabalho presencial.